

Decreto divide opiniões no Solifórum

TABATINGA — O Decreto nº 1.775 (que introduz a figura do contraditório na definição das áreas indígenas) voltou à cena ontem, no último dia do Fórum de Debates para o Desenvolvimento do Alto Solimões (Solifórum). Entidades representativas de comunidades indígenas e instituições de ensino e pesquisa, como a Universidade do Amazonas e o Inpa, assinam o manifesto que considera o decreto "inoportuno" e um instrumento de retrocesso no trato da questão indígena no Brasil.

O documento elaborado no final da manhã de ontem afirma que a decisão do governo federal contri-

bui para estimular a animosidade contra as populações indígenas da região. O manifesto é também uma resposta ao pronunciamento do deputado federal Euler Ribeiro (PMDB), que defendeu o decreto e o considerou justo. Ribeiro disse que interesse econômicos financeiros internacionais têm sido o causador das discussões em torno da demarcação das terras indígenas.

De acordo com o deputado, os estrangeiros (não os nominou) não estão preocupados com os índios, numa alusão à tese de que, nesta polêmica, o que está em jogo são as riquezas existentes nas áreas indígenas.

O manifesto contra o decreto nº 1.775 divide opiniões na região do Alto Solimões — área de fronteira que coleciona interesses diversificados, desde o tráfico de drogas, a atuação de madeiros até os garimpos. No meio disso tudo estão os índios, puxados para um lado e outro.

Não somos animais — o ticuna Lino Mayuta precisou repetir algo dos tempos coloniais: "Índio tem alma, não somos animais ferozes". Mas é nessa condição, segundo ele, que os civilizados os submetem há séculos e neste século também.

Lino pediu para que os "civilizados" não os tratem bem apenas em

época de campanha política e sinalizou para o cansaço de sua gente com esse sistema. Disse que quando os índios pedem a demarcação de suas terras é porque sabem que nunca poderão fazer uma faculdade e observou: "Quando dizemos que a terra indígena tem que ser demarcada mexemos na úlcera dos civilizados".

Do lado "civilizado", a polêmica já não é se deve ou não demarcar as terras. Os que levantaram bandeiras contra a demarcação se declararam a favor dela. O que está posto na lei, em discussão, é o tamanho do que deve ser demarcado. Os ticunas ainda pedem a demarcação.